

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO JORNALISMO LITERÁRIO

Lais de Mello Rocio
Mestranda do curso de Pós-graduação em
Comunicação e Territorialidades
Universidade Federal do Espírito Santos - UFES
E-mail: laismrocio@gmail.com

Orientador: Profº Victor Israel Gentilli
Universidade Federal do Espírito Santos - UFES
E-mail: vgentilli@gmail.br

RESUMO

O paper apresentado é parte do projeto de pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (PÓSCOM-UFES). Este artigo analisa como o jornalismo literário e investigativo pode refletir, debater, contextualizar e humanizar as narrativas sobre violência contra mulheres, de acordo com a perspectiva de gênero e reeducação da sociedade para o enfrentamento à desigualdade de gênero. Com esta proposta, o trabalho utiliza como metodologia a revisão bibliográfica que ligam os conceitos do jornalismo literário, a reportagem investigativa e suas representações sociais, e os estudos sociológicos sobre a violência e desigualdade de gênero. Em busca de fornecer apontamentos práticos para a prática do jornalismo no enfrentamento à violência contra mulheres, os atravessamentos das contribuições teóricas utilizadas são revisados e fundamentados por meio de exemplos práticos, de livros-reportagem que narram casos e contextualizam o tema, bem como dados empíricos da violência contra mulheres no Brasil.

Palavras-chave: jornalismo literário; jornalismo investigativo; violência contra mulher; perspectiva de gênero; jornalismo feminista.

INTRODUÇÃO

Este paper tem como objetivo analisar como o jornalismo literário e investigativo pode gerar reflexões e debates sobre a violência contra mulheres, de acordo com a perspectiva de gênero. Assim, propomos uma revisão bibliográfica de teorias da produção jornalística literária, bem como dados e estudos sociológicos da violência e desigualdade de gênero, estabelecendo ligações entre tais conceitos e suas práticas, com exemplos práticos de livros-reportagem que tratam da violência contra mulheres, ilustrando a discussão teórica.

Nesse sentido, questionamos e discutimos o papel e impacto social do jornalismo diante da realidade da violência masculina que afeta boa parte da população feminina diariamente pela condição de ser mulher. O Brasil é o 5º país do mundo onde ocorrem mais feminicídios, que tiraram as vidas de mais de 1300 mulheres no último ano (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Esses crimes normalmente são antecedidos por uma série de atitudes agressivas antecedentes, marcadas pela impunidade, pelo silenciamento e medo das vítimas, diante de crimes que acontecem principalmente dentro de casa e por companheiros, como descreve a promotora de Justiça de São Paulo, Valéria Sacarance: “A vítima de feminicídio é justamente a mulher que não procurou ajuda ou não teve a proteção do Estado”. Entre 364 casos de feminicídio tentado ou consumado em São Paulo, apenas 3% das vítimas haviam solicitado ou obtido medidas protetivas, garantidas pela Lei Maria da Penha para promover proteção urgente. Entre 124 mulheres mortas nessas condições, apenas cinco haviam registrado boletim de ocorrência anteriormente (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, p.28, 2019).

O feminicídio representa, portanto, estopim e parte do contexto de violências físicas e psicológicas que compõem a nossa construção cultural, tal como define Saffioti (1994): “a violência masculina contra a mulher integra, assim, de forma íntima, a organização social de gênero vigente na sociedade brasileira” (SAFFIOTI, p.444, 1994). Por isso, mais da metade da população brasileira presenciou alguma situação de violência e assédio contra mulheres, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). Os dados revelaram, ainda, que 16 milhões de mulheres brasileiras com mais de 16 anos relataram ter sofrido algum tipo de violência no último ano, entre ofensas verbais (21%), sexuais (8,9%), agressões físicas (9%) ou perseguições (9,10%). Essa lógica se inicia e se desenvolve, portanto, com a naturalização e incentivo desses comportamentos abusivos:

“muitas dessas mortes ocorrem com a tolerância das sociedades e governos, encobertas por costumes e tradições, revestidas de naturalidade, justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício de direito tradicional - que atribui aos homens a punição das mulheres da família - seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais ou descartáveis” (ONU MULHERES, p.13, 2016 apud ONU MULHERES, 2012)

Sendo esse um fenômeno social e cultural complexo, a ser esclarecido e enfrentado por representantes da sociedade, inclusive o jornalismo, o trabalho se dedica a apontar ferramentas jornalísticas, da reportagem literária, capazes de lidar com a complexidade da violência de gênero.

DESENVOLVIMENTO

1. Jornalismo literário e olhar pela perspectiva de gênero

Diante da realidade da violência de gênero, torna-se urgente, necessária e desafiadora a inserção da perspectiva de gênero nos relatos jornalísticos em torno desse tema. Enquanto setor que

representa a sociedade, entende-se que cabe à imprensa o esclarecimento dos mecanismos de desigualdade de gênero que fazem parte da construção social. Esse olhar ampliado demonstra como esses atos agressivos que aterrorizam mulheres, emocionalmente e fisicamente, não são tão pontuais ou isolados, tampouco tão imprevisíveis. Mas são parte da cultura de dominação masculina que leva homens a cometerem esses abusos, por vezes permitidos e naturalizados, como mostra Saffioti (1994): “Potencialmente, todo homem é violento à medida que é incentivado, cotidianamente, a ser valente, a mostrar que é macho”. Essa violência configura, portanto, “um importante meio de controle social”, com a função de “domesticação das mulheres”, a partir da hierarquia que privilegia o poder masculino, levando a “inferiorizar a mulher” (SAFFIOTI, p. 460, 1994).

A reeducação e conscientização da sociedade são tidas como principais vias de solução e combate à esse problema, para gerar a reconstrução cultural com base na igualdade de gênero. Essa tarefa é fundamentada e defendida por diferentes frentes de setores da sociedade no combate à essa violência, como na segurança pública, na educação, nas ciências e movimentos sociais, e inclusive no campo da Comunicação. Como mostra o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020):

“Qualquer política que se pretenda efetiva no enfrentamento da violência contra as mulheres precisa, necessariamente, incluir um componente que busque suas raízes culturais e a necessidade de desconstrução das normas sociais que contribuem para a desigualdade de gênero.” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

Focamos, então, no papel do jornalismo em gerar debate e transformação social da desigualdade de gênero. As reportagens podem desempenhar esse papel pela forma como contextualizam e caracterizam o comportamento dos agressores, e como retratam as vítimas de violência de gênero, ao contrário de coberturas pontuais e espetacularizadas, que acabam incentivando ainda mais essa violência, ao reforçar estigmas e preconceitos. Como caracteriza Segato (2018):

“O que aprendemos de feminicídios e escândalos sexuais anteriores é que mesmo que os meios de comunicação mostrem a monstruosidade do agressor, esse monstro para outros homens resulta uma figura tentadora, porque o monstro é potente (...) como deve ser o sujeito masculino formatado pelo mandato da masculinidade.” (SEGATO, 2018).

Ao apontar que as notícias enfatizam somente a “dor moral” da violência sofrida, Segato (2018) reitera que essa narrativa “não deveria substituir, nem apagar ou se antepor à cena de uma mulher que se tornou uma agente política e por isso denuncia”. Para retratar esses crimes pela perspectiva de gênero, o jornalismo deve ir além do choque e moralismo que acusa os criminosos e lamenta pelas vítimas, para investigar e narrar cada caso como parte de um problema político e estrutural da nossa sociedade.

“Não basta querermos somente consolar uma vítima que chora. O ponto é como educamos a sociedade para entender o problema da violência sexual como um problema político e não moral. Como mostramos a ordem patriarcal, que é uma ordem política escondida por trás de

uma moralidade. O problema é que está sendo mostrado em termos de moralidade. E é insuficiente mostrá-lo por várias razões.” (SEGATO, 2018)

Diante disso, entendemos que o jornalismo literário é capaz de superar o risco desse tipo de cobertura de “relatos reducionistas”, baseados em noções de certo e errado que geram “simplificações e preconceitos acerca de pessoas, grupos, situações e temas”, como caracteriza Cremilda Medina (2006). Entende-se que a narrativa da reportagem literária pode responder justamente à essa demanda, por meio do empenho jornalístico em gerar uma “leitura precisa, ampla, da complexa realidade que cerca o mundo contemporâneo” (LIMA, 2003,) e a “compreensão da realidade que ultrapassa o enfoque linear”, no esforço de “estabelecer relações entre as causas e as consequências de um problema contemporâneo” (LIMA, 2003).

“No jornalismo interpretativo, assim como na Teoria Geral dos Sistemas, não se contenta com a relação simplista de causa e efeito. A base da procura do entendimento para os problemas transita pelo conceito da causalidade múltipla para um mesmo fenômeno, com conseqüente multiplicidade de efeitos.” (LIMA, p.21, 2003)

Com narrativa marcada pelo “mergulho de fôlego nos fatos” e “imersão na realidade” (Lima, 1993), o jornalismo literário investiga as nuances por onde o acontecimento se propaga. Como define Lima (1993), essa narração traz “componentes sutis e subjacentes que são, em certas circunstâncias, extremamente relevantes para se compreender o real em sua totalidade material e física”. Assim, acreditamos que tais reportagens podem alcançar efeitos essenciais para o debate da questão de gênero e suas raízes culturais.

Livro-reportagem “Ela Disse”: os assédios contra atrizes de Hollywood e o #Metoo

Em 2017, o debate do assédio sexual contra mulheres tomou dimensões globais, tornando-se um tema principal e recorrente que gerou alarde de instituições e da sociedade, estimulando a denúncia de vítimas de diversas nações ao mesmo tempo. Com o movimento #Metoo, uma hashtag nas mídias sociais conectou o mundo com relatos de abusos, muitos deles escondidos por anos e cometidos por homens públicos, com fama e poder, como descrevem Kantor e Twohey (2019): “Milhões de mulheres no mundo todo contaram suas próprias histórias de assédio. Muitos homens de repente tiveram de arcar com as consequências de seu comportamento predatório, em um momento de prestação de contas sem precedentes”. Como mostram as autoras, tal mudança histórica “vinha sendo construída havia anos graças aos esforços pioneiros de feministas e acadêmicas, como Anita Hill, Tarana Burke (ativista que fundou movimento #MeToo) e muitas outras, incluindo colegas jornalistas”(KANTOR, TWOHEY, p. 5, 2019).

Esse movimento foi impulsionado inclusive pelo jornalismo investigativo e literário, com participação fundamental de reportagens do New York Times, vencedoras do Pulitzer, narrando esses crimes sexuais e todo o contexto que sustentava esses atos de homens poderosos, como o produtor de Hollywood Weinstein, um dos principais acusados e que foi detido em meio às publicações, o presidente dos EUA, Donald Trump, e outros. Como destacam as autoras das

reportagens: “O jornalismo havia ajudado a inspirar uma mudança de paradigmas. Nosso trabalho foi apenas um dos catalisadores dessa mudança” (KANTOR, TWOHEY, p. 5, 2019).

Dois anos após o lançamento das primeiras reportagens, que repercutiram tanto no debate público, na punição de acusados, nas denúncias e na criação de novos setores e matérias jornalísticas sobre o tema, as mesmas autoras lançaram o livro “Ela Disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo” (KANTOR, TWOHEY, 2019), revelando profundamente as práticas e efeitos das reportagens, e fornecendo mais detalhes da realidade da violência de gênero.

Como mostra o livro, as reportagens investigaram e descobriram um “padrão de comportamento predatório” (KANTOR, TWOHEY, 2019) em milhares de casos de assédios. Em indústrias cinematográficas e diversos campos profissionais, contra mulheres que iam de atrizes famosas a funcionárias e secretárias. Com isso as reportagens revelaram profundamente parte do *modus operandi* da violência de gênero, tornando-se um importante registro histórico e de comportamento da sociedade. Nesse sentido, o livro gira em torno da tarefa das jornalistas de “ir além dos infratores individuais e definir os elementos e o sistema que faziam com que o assédio sexual continuasse a ser tão generalizado e difícil de abordar” (KANTOR, TWOHEY, p. 38, 2019). Tal como descrevem as autoras sobre suas experiências:

“Ao escrever aquelas matérias, Jodi descobriu que gênero não era apenas uma pauta, mas uma espécie de porta de entrada investigativa. Como as mulheres ainda estavam à margem em muitas companhias, documentar o que elas vivenciavam mostrava como o poder funcionava.” (KANTOR, TWOHEY, p. 81, 2019).

Esses esforços jornalísticos tornaram-se ainda mais impulsos para as denúncias e debates à medida em que questionaram o silenciamento das vítimas, e estimularam a quebra do silêncio com ferramentas jornalísticas que garantiam proteção e representação das mulheres. A maioria delas silenciava os casos por anos, e já sofria com os efeitos psicológicos do silêncio, trauma e vergonha, inclusive episódios de depressão e tentativas de suicídio revelados no livro. Assim, o processo da reportagem de encorajar, libertar e empoderar essas mulheres foi transformador à medida em que repórteres as procuravam com cuidado e sensibilidade, e cada nova vítima que falava estimulava que outras se sentissem seguras, como relatam Kantor e Twohey (2019): “Foi uma defesa inspiradora não apenas do jornalismo, mas do direito de as mulheres denunciarem homens poderosos.”

Os exemplos das repórteres do *New York Times* consolidam práticas de como o jornalismo deve atuar de forma sensível, profunda e humanizada. Esse trabalho perpassa ações da profissão como a apuração cuidadosa; os esforços de checagem de fatos, o cuidado com as vítimas e fontes em geral; a investigação minuciosa de cada detalhe para uma contextualização ampla, segura e consistente desse padrão de abusos masculinos. Essas ferramentas investigativas e literárias, utilizadas na reportagem e reiteradas no livro de Kantor e Twohey (2019) reiteram e fundamentam, portanto, a importância e a aplicabilidade dos recursos do jornalismo literário aqui expostos. Assim, o jornalismo mostra sua capacidade de gerar empatia, conexão e

transformação da sociedade diante das dores e sensações vividas pelas vítimas, tal como mostram as autoras:

“Essa história pertence a todas nós que a vivemos: aqui falamos de experiências que muitas de nós reconhecemos de nossa própria vida, do ambiente de trabalho, da família e da escola. (...) Não era novidade dizer que Hollywood se aproveitava das mulheres, forçava-as a ser submissas e as jogava fora quando envelheciam ou se rebelavam. Mas ouvir um relato de abuso em primeira mão de uma pessoa conhecida, com todos os detalhes perturbadores e envolvendo um dos produtores mais renomados de Hollywood como o assediador era bem diferente: mais agudo, mais específico, repugnante” (KANTOR, TWOHEY, p. 19, 2019).

O feminicídio da jornalista Sandra Gomide há 20 anos atrás

No Brasil, um dos principais palcos de crimes diários contra mulheres, o jornalismo tem diariamente o papel de investigar essas realidades, em seu compromisso com a promoção da cidadania, direitos humanos e responsabilidade social da imprensa. Um desses principais momentos para a imprensa nacional foi o assassinato da jornalista Sandra Gomide por Pimenta Neves, seu ex-namorado e diretor de redação nos dois jornais onde conviveram entre 1995 e 2000, ano em que a vítima foi atingida por dois tiros. Tanto a cobertura do caso pelos jornais da época quanto a justiça brasileira tiveram julgamentos que levaram a culpabilizar a vítima e justificar os atos do acusado como um crime cometido por amor ou “passional”, trazendo resquícios de um passado que absolveia acusados por esse motivo enquanto “legítima defesa da honra”.

Por outro lado, o jornalismo literário tornou-se ferramenta para narrar o crime sete anos depois, com o livro “À Queima-Roupa: o caso Pimenta Neves” (VILARDAGA, 2013), que retrata toda a construção da dominação masculina que levou ao feminicídio, após um padrão de comportamento de Pimenta Neves marcado por abusos, agressões, ameaças e perseguições, motivados pela ideia de que ele exercia poder sobre a vida e as escolhas de Sandra Gomide, enquanto sua ex-namorada e também subordinada no trabalho nas redações de jornais. Tal como exemplifica este trecho:

“Depois do fim do relacionamento, Pimenta a demitira do Estadão e ela estava em busca de emprego. (...) Não queria que Sandra se acertasse e estava minando seus esforços. (...) Ligava para amigos ou mesmo conhecidos, com quem não tinha muita intimidade, para fechar as portas para Sandra.(...) (VILARDAGA, p. 19, 2013).”

Nos livros, é possível visualizar o cenário machista em que a vítima estava inserida, por exemplo, quando os autores descrevem a quantidade - inferior - de mulheres que trabalhavam nas redações, em menor proporção em relação aos homens, e em cargos hierarquicamente mais baixos que os deles, de modo geral. Essa riqueza de detalhes transmite a atmosfera dos interesses e “cantadas” masculinas, que por vezes levavam a assédios e situações constrangedoras para as mulheres. Assim, as sensações do poder masculino e constrangimento feminino podem ser sentidas pelo leitor à medida em que se envolve na narrativa:

“Notava-se que [Pimenta Neves] queria conhecer as jovens repórteres da redação. Estava disposto a seduzir. (...) Além de mandar no jornal, entrava de corpo e alma na disputa pelas belezas da redação. (...) [Sandra] Não deixou de notar os olhares gulosos de Pimenta na direção do seu decote e de outras partes de seu corpo. Era um galanteador. Elogiava a mulher, suas roupas e cabelos, sem parar. (...) Para alguns, a festa de fim de ano da Gazeta deixou a sensação de que Pimenta passara dos limites.” (VILARDAGA, p. 120, 2013)

O caso completa 20 anos em agosto deste ano, reforçando a necessidade do estudo de sua cobertura nesses livros, ainda não abordados no campo acadêmico, pela importância com que representam o jornalismo de profundidade sobre violência contra a mulher no Brasil, ao esmiuçar a história do crime e as relações de poder, autoritarismo e machismo dentro das redações de jornais da imprensa brasileira. Assim, também é possível encontrar elementos que vão ao encontro da perspectiva de gênero nessas reportagens literárias.

RESULTADOS

Com todo o exposto, percebemos então que os recursos da reportagem investigativa e do jornalismo literário podem se direcionar ao encontro de aspectos fundamentais para compreender integralmente a problemática de gênero. A “humanização por trás dos relatos frios” (Lima, 2003), por exemplo, permite narrar mais precisamente o comportamento da vítima e do agressor. Ou seja, conectar o leitor com o universo de cada personagem, suas sensações, vivências, experiências e crenças. Isso pode revelar, por exemplo, como as questões de masculinidade, agressividade e poder são sentidas e elaboradas na vivência do agressor. Assim como as imposições que afetam, silenciam e violentam as mulheres. Essa visão abre caminho, inclusive, para as possibilidades de resignificação e transformação desses comportamentos, entendendo-os como parte de algo construído e que pode ser, portanto, modificado em direção à melhoria dessa realidade. Esse tipo de reportagem pode lançar mão de recursos que retratam questões emocionais, psicológicas e sensíveis, tal como “a intensidade psicológica das tensões e dos dramas”, e a “vivência simbólica e sensorial de uma experiência” (Lima, 2003). Com esses aspectos, torna-se possível alcançar e enfatizar com mais precisão os detalhes que envolvem a complexidade da violência de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos a eclosão de matérias de formato longo enquanto principais meios para desvelar casos emblemáticos de violência contra mulheres. Com a extensão dessas reportagens especiais, com o poder e sensibilidade dos seus relatos em gerar comoção e sensibilização, suas repercussões geram a abertura de espaço e potencialização de vozes de milhares de vítimas, estimulam o debate público acerca dos processos judiciais de punição e das medidas de reeducação da sociedade para prevenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ONU MULHERES. **Diretrizes nacionais do feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.** Brasília, 2016. Disponível em < www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf >. Acesso em: 28 de julho, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19.** 2.ed. São Paulo, 2020. Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf> >. Acesso em: 28 de julho, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.** 2.ed. São Paulo, 2019. Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf> >. Acesso em: 28 de julho, 2020.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O Que é Livro-reportagem.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** 4.ed.. Barueri: Manole, 2009

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano.** São Paulo: Summus, 2003.

“O problema da violência sexual é político, não moral”. Entrevista com Rita Segato. **Instituto Humanitas Unisinos,** 2018. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585609-o-problema-da-violencia-sexual-e-politico-nao-moral-entrevista-com-rita-segato>>. Acesso em: 24 de julho, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero,** Cadernos Pagu, nº16, p.115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Violência de Gênero no Brasil Atual. Estudos Feministas,** CIEC/ECO/UFRJ, nº especial, p.443-461, Rio de Janeiro, 2º semestre de 1994.

VILARDAGA, Vicente. **À queima-roupa: o caso Pimenta Neves.** São Paulo: LeYA, 2013.